

O Brasil já começou a pagar os atrasados

Não haverá
mais nenhuma
maxidesvalorização.

É o que
Delfim garante.



As variações cambiais continuarão acompanhando a inflação e a correção monetária, não havendo a menor possibilidade de uma nova maxidesvalorização do cruzeiro, inclusive porque "há uma larga margem" para uma adequada remuneração dos exportadores. A afirmação foi feita ontem em Brasília pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto.

A despeito da veemência do desmentido do ministro do Planejamento, nos meios empresariais há a expectativa de que o cruzeiro seja desvalorizado no início do próximo ano, entre 15 e 20%, para compensar a valorização do dólar frente às moedas fortes da Europa e ao iene, e assegurar a competitividade das exportações brasileiras no mercado europeu.

Os exportadores são os que mais acreditam numa nova maxidesvalorização. Eles assinalam que, de janeiro a novembro, o dólar valorizou-se 15,18% em relação ao marco, 11,48% em comparação com a libra, 10,18% em relação ao franco suíço, 23,26% em comparação com o franco francês e 2,6% em relação ao iene.

Ao mesmo tempo, o governo anuncia mais uma retirada dos subsídios à exportação e uma limitação dos financiamentos à atividade em 1984, como forma de conter o déficit do setor público nos limites negociados com o Fundo Monetário Internacional. No entender dos exportadores, tais providências conflitam com o propósito de obter um superávit comercial de US\$ 9,0 bilhões, através de exportações de US\$ 25,0 bilhões e importações de US\$ 16,0 bilhões.

O governo, contudo, argumenta que a correção cambial chegou ao final de novembro com uma valorização de 265,56% no ano e 285,05% em 12 meses, enquanto a taxa inflacionária, no mesmo período, atingiu 188,99% e 206,8%, respectivamente, com uma enorme diferença em favor do câmbio, justamente a margem a que se refere o ministro do Planejamento, que estaria assegurando adequada rentabilidade ao setor exportador.

Na Seplan há preocupação com as notícias sobre uma nova maxidesvalorização, pois o governo teme uma redução do ritmo das exportações, com os exportadores segurando as vendas na expectativa de um câmbio mais favorável, e esta indecisão poderá afetar o sistema de preços, de forma a prejudicar os exportadores, com a queda das cotações internacionais, em vez de estimulá-los.

Crédito apertado

O Banco do Brasil manterá o crédito apertado até junho de 1984, mesmo com o Conselho Monetário Nacional aprovando no próximo

dia 14 uma expansão de 60% nas suas aplicações, enquanto o compromisso do governo com o FMI é de limitar a oferta monetária em 50%.

Uma categorizada fonte do Ministério da Fazenda disse ontem que até junho o Banco do Brasil "manterá o pé no freio, sem mexer no acelerador. A partir de julho, mantém o pé no freio, mas começa a soltar o acelerador". De acordo com a fonte, que participa da elaboração do orçamento monetário, o importante é que o governo tentará "ajustar tudo", até o final do primeiro semestre; a partir do terceiro trimestre, o Banco do Brasil terá condições de injetar recursos no mercado.

Ontem, foram dados os retoques finais no orçamento da instituição para 1984, numa reunião entre o diretor do BB, Sadi de Assis Ribeiro, o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Alberto Furuguen, e o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Edésio Fernandes Ferreira.

Assistência aos bancos

A diretoria do Banco Central aprovou ontem a inclusão, na pauta da reunião do dia 14 do Conselho Monetário Nacional, do voto que reajusta em mais de 70% o custo da assistência financeira aos bancos comerciais. O Banco Central quer acabar com o subsídio embutido na atual taxa do redesconto de liquidez de 49% ao ano por dentro, equivalente ao custo anual efetivo de apenas 96%, contra a correção monetária de 156,6%.

O Banco Central não quis antecipar as novas taxas de assistência financeira e apenas confirmou que não mais vigorará a taxa de desconto, substituída pelo atrelamento do custo do redesconto à correção monetária, a exemplo do que já vigora para as financeiras: juros reais de 6 a 12% ao ano, conforme a existência de lastro em títulos públicos federais ou o valor da cobertura de caixa.

Caso o CMN aprove a exigência de juros de 6% ao ano acima da correção monetária, o custo da assistência financeira subirá para 166% ao ano. Na faixa máxima extralimite, o Banco Central já cobra 64% (custo efetivo de 177% ao ano) mas o CMN também deverá desestimular ainda mais a cobertura de perdas anormais dos bancos comerciais na compensação.

Técnicos do Banco ressaltaram que o custo atual torna extremamente atraente o redesconto de liquidez. Lembraram ainda que, por questão de princípio, é preciso tornar punitiva a assistência financeira, inclusive com a cobrança de multas aos bancos que perdem o controle de fluxo de caixa.